

AFROS & AMAZÔNICOS



POPULAÇÃO NEGRA NA REGIÃO DO MADEIRA, MAMORÉ/GUAPORÉ, A PARTIR DE DADOS PRESENTES NO RECENSEAMENTO DE 1940

Black Population in the Madeira Region, Mamoré/Guaporé, based on data from the 1940 Census

Paulo Sérgio Dutra*

Resumo: O presente estudo analisa o percentual da população negra presente nas regiões do Madeira, Mamoré/Guaporé, a partir do Recenseamento de 1940. Para compreender o cenário populacional da região em questão, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, e centrou atenções no jornal *Alto Madeira*, um periódico da época para auxiliar na construção do texto. Nesse sentido, como resultado da investigação, os dados levantados revelaram que a região em destaque possuiu uma população eminentemente negra, evidenciando aquilo que Fonseca (2007) chamou de superioridade demográfica negra. Aponta através de outros estudos, as frentes migratórias populacionais que evidenciam a origem e/ou a constituição de uma população negra, sobretudo para a região do Madeira e Mamoré-Guaporé, tendo origem no período escravista no século XVIII, seguido da extração da borracha, e da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A este respeito, assinala-se que o estudo em tela contribui para o fortalecimento dos estudos regionais, principalmente, sobre aqueles que descortinam uma invisibilidade da população negra no âmbito das pesquisas locais.

Palavras-Chave: População Negra; Rio Madeira; Rio Mamoré; Rio Guaporé; Porto Velho; Guajará-Mirim.

Introdução

O texto em tela é uma contribuição sobre a presença do negro (pretos e pardos) em povoamentos nos vales do Madeira, Mamoré-Guaporé no extremo oeste brasileiro, tendo especial atenção aos localizados, precisamente na parte sul do Estado do Amazonas e o Norte-Noroeste do Estado de Mato Grosso na década de 1940. Assim, em relação a este espaço geográfico, assinala-se que no Norte-Noroeste do estado mato-grossense, localizava-se os municípios do Alto Madeira e Guajará-Mirim, e ao sul do Estado do Amazonas localizava-se o município de Porto Velho. Por outro lado, a partir do ano de 1943, estes municípios foram incorporados através

do Decreto n. 5.812, de 13 de setembro de 1943 para a formação do Território Federal do Guaporé¹.

A este respeito, conforme IBGE (1940, p. 08) o município do Alto Madeira possuía uma extensão de 275.021 km², enquanto que Guajará-Mirim ocupava uma área de 73.543 Km², nesse sentido, segundo observações feitas a partir da tabela intitulada: "Área, segundo os municípios", o município do Alto Madeira constituía-se como o mais extenso entre os municípios que compunha o Estado de Mato Grosso, na década de 1940, por outro lado, Guajará ocupava a sexta posição, entre os 28 municípios do referido Estado.

Em relação a Porto Velho, este constituía-se como um município que integra-

* Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, e graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia. Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná.

1. Conforme o Decreto o referido território seria constituído da seguinte forma Lábrea (partes do município de Camutama) pertencente ao Estado do Amazonas, e Porto Velho, somando ao município do Alto Madeira e Guajará-Mirim pertencente ao Estado de Mato Grosso. Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.



va o estado do Amazonas, com uma área 28.220 Km², conforme a tabela que recebeu o título de: “Área, segundo os municípios” (IBGE, 1940, p. 07). Desse modo, o referido município figurava como um dos 28 municípios² do Estado, sendo Porto velho o vigésimo município em extensão territorial.

Criado em 1908 com o nome de Santo Antônio do Madeira, o município do Alto Madeira, cedeu parte do seu território, principalmente as áreas correspondentes aos vales dos rios Mamoré e Guaporé na fronteira com a Bolívia para a criação do município de Guajará-Mirim³ conforme pela Lei do Estado de Mato Grosso Nº 991, de 12 de junho de 1928⁴. Porto Velho por sua vez, foi criado através da pela Lei Estadual Nº 757, de 02 de outubro de 1914, a partir de terras desmembradas do município de Humaitá e foi instalado em 24 de janeiro de 1915.

Diante deste cenário, o texto em questão constitui-se uma contribuição aos estudos regionais que endereçam compreender como Guajará-Mirim, e Porto Velho constituíram-se como espaço marcadamente de população negra. Nesse sentido, o cerne desta contribuição está em apresentar o percentual populacional destas localidades levando em consideração a categoria “raça/cor” utilizada para caracterizar a população brasileira em conformidade com o Recenseamento de 1940.

A este respeito, ao considerar o percentual racial no contingente populacional residente nestas regiões prendeu-se as atenções no contingente denominado brancos, pretos e pardos conforme as categorias utilizadas pelo IBGE, e com destaque para as categorias “preto” e “pardo”,

2. Conforme os dados do IBGE apresentados tanto para o Estado do Amazonas quanto para Mato Grosso apontaram a existências de 28 municípios para cada Estados.

3. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso 20 fev. 2021.

4. Ver mapa: Território do Guaporé Cartogramas Municipais dos Transportes e Comunicação – 1947. Disponível em: <http://memoria.org.br>. Acesso 20 fev. 2021.

onde decidiu-se renuir no grupo denominado “negros”. Sobre este conceito, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico raciais para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira (BRASIL, 2003, p. 14) esclarece que “[...] ser negro no Brasil, não se limita as características físicas [...]”. Desta forma, este documento, destaca que pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas, unem informações pertinentes a pretos e pardos sob a categoria negros, por entenderem, a partir do que sugere o Movimento Negro, a categoria “negro” é constituída por aqueles e aquelas que reconhecem a sua ascendência africana (BRASIL, 2003, p. 14).

Nesse sentido, o presente texto está organizado em quatro partes. Desse modo, para que o leitor possa entender a escolha de centralizar as observações sobre as categorias raça/cor pretos e pardos, na primeira parte realizou-se uma explanação sobre de que maneira no decorrer do curso da história algumas (século XVIII, XIX e XX) passagens contribuíram para que o negro viesse a tornar-se maioria no cômputo populacional nas regiões em questão. Partindo do conceito de “superioridade demográfica negra” utilizado por Fonseca (2007) e Dutra (2017) a segunda parte trará dados concernentes aos recenseamentos de 1940 e 1950, centrando-se as atenções na categoria “raça/cor”, principalmente nos dados de quadros e/ou tabelas que tratam numericamente de demonstrar o quantitativo populacional absoluto registrado no censo de 1940, dos municípios que são objeto deste estudo. Depois, sondou-se como os municípios de Lábrea e Humaitá no Amazonas e Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade) em Mato Grosso, possivelmente exerceram influência na constituição dos percentuais do contingente populacional negro nestas regiões tendo os rios Madeira, Guaporé e Mamoré como trajeto⁵ para acessar as

5. Sobre os citados rios como trajetos para acessar as povoações nos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira, o jornal Alto Madeira, principalmente nas décadas de 1915 a 1943 evidencia vapores, lanchas fazendo o transporte



localidades existentes no espaço geográfico em questão. Na terceira parte o recenseamento e a fotografia constituem-se as fontes imprescindíveis para acuradamente tecer considerações sobre como se pode perceber questões concernentes a “raça/cor” dos sujeitos. Observa-se que fatos como migração e a presença da igreja funcionou como centro catalisador de irradiação de ações na vida das localidades/povoamentos, principalmente em relação a educação na região do vale do Guaporé. Na última parte, apresenta-se a trajetória da Professora Isabel de Oliveira Assunção para ajudar a responder aquilo que Pinto (1992) sinalizou como a existência de uma invisibilidade sobre o negro nas pesquisas sobre história da educação no Brasil, e que Cruz (2005) tratou de evidenciar que diversos autores na historiografia da educação brasileira ignoraram/ignoram a categoria raça em suas pesquisas. Seguimos!

População negra nas regiões dos vales do Madeira e Mamoré/Guaporé

Procurar entender o movimento populacional com ênfase na questão raça/cor tem sido um grande desafio para pesquisadores e pesquisadoras que tem se dedicado a esta a tarefa. Nesse sentido, destaca-se que no final do século XIX, era recorrente dados sobre a população geral em números absolutos, mas não quando se tratava da categoria raça/cor não.

Sobre esta questão, Mattos (1998) ressaltou que a cor desapareceu nos registros de documentos no decorrer da metade do século XIX. Conforme a autora:

de pessoas e/ou de cargas (borracha, caucho, castanha, couro e rezes de gado bovino). Desse modo, conforme Alto Madeira (04-01-1923, ano VI, nº 587, p. 02) na coluna “Notas e Informações”, o movimento do porto na cidade de Porto Velho durante o mês de dezembro p. findo havia constado a entrada de quatro vapores, trazendo 83 passageiros, sendo 68 nacionais e 15 estrangeiros. Nesse sentido, havia saído o mesmo número de vapores conduzindo 81 passageiros, sendo 58 nacionais e 23 estrangeiros. Destacou-se que a carga vinda pelos vapores entrados havia atingido a 5.151 volumes, e a conduzida pelos que saíram havia elevado a 128.648 quilos de borracha, 347 quilos de algodão e 14 de couros.

[...] o desaparecimento da menção sistemática da cor acontece concomitante, por volta das décadas de 1850 e 1860, nos processos cíveis e criminais. A referência à cor, na qualificação de testemunhas livres, a partir da segunda metade do século, acontece apenas como uma referência negativa. Em geral, calava-se sobre o item cor, a não ser quando se tratava de um recém liberto, em geral estranho e suspeito na localidade onde ocorria o processo, quando então este se tornava o ‘preto fulano’ ou o ‘pardo sicrano’, ‘forro’. Apenas libertos, e não mais os brancos ou os antigos ‘pardos livres’ aparecem, agora, na qualificação de testemunhas racialmente identificadas. (MATTOS, 1998, p. 98)

A este respeito, e em linhas gerais, destaca-se que um documento importante utilizado para dar conta da cor dos sujeitos em observância à categoria “cor/raça”, tem sido o censo e/ou recenseamentos. Nesta direção, como demonstrou Anjos (2013, p. 105) as categorias preta e branca sempre estiveram presentes nos levantamentos estatísticos, desde o primeiro censo. Conforme a autora, as categorias “parda”, “mestiça”, “cabocla”, e “indígena” tiveram intersecções, inclusões, exclusões e substituições ao longo do tempo.

Outra questão levantada pela autora é que o quesito cor foi suprimido nos censos de 1920 e 1970. A este respeito em conformidade com IBGE (1952), observou-se que a orientação dada para a contagem populacional em 1940 foi que ao preencher o questionário, em relação ao referido quesito fosse registrado um traço (–) para as categorias diferentes de “branca”, “preta” e “amarela”, e que naquele inquerito seriam tratadas como “parda”.

De acordo com IBGE (1952, p. XV) a realização da contagem havia resultado na classificação da população em três grandes grupos étnicos, a saber:

[...] – pretos, brancos e amarelos –, e a constituição de um grupo genérico, sob a designação de *pardos*, para os que registraram declarações outras como “caboclo”, “mulato”, “moreno”, etc., ou se limitaram ao lançamento do traço. Somente nos casos de completa omissão da resposta foi atribuída a designação “côr não



declarada” [...]. (IBGE, 1952, grifo no original)

Para encaminhar as questões relativas a categoria “raça/cor”, passa-se a seguir a apresentação de elementos que contribui no entendimento do conceito de superioridade demográfica negra, que se aplica ao contingente populacional para a região em destaque. Nesse sentido, os dados mostrados nos quadros 1, 2, evidenciaram uma densa superioridade populacional que reuniu pretos e pardos em um grupo que denominou-se de “negros” e que estava presente na região do Madeira, Mamoré e Guaporé. Sobre esta questão, Silva (1995) e Lima (2013) revisitaram a construção do processo histórico, sendo da Província de Mato Grosso, e processo de povoamentos na região do Madeira construindo argumentos que auxiliam na compreensão de como essa população negra constituiu-se maioria.

Desse modo, Silva (1995) expôs como a população mato-grossense se constituiu ao longo do século XVIII, e Lima (2013) mostrou a existência de duas vertentes para explicar a presença negra no espaço geográfico que viria tornar-se o Território Federal do Guaporé. Assim estes dois autores apontaram evidências que contribuem para o entendimento sobre a construção de uma população majoritariamente negra na região dos municípios de Porto Velho/AM, Guajará-Mirim/MT. A este respeito, o município do Alto Madeira/MT, neste aspecto apresentou-se como exceção⁶.

Dessa forma indaga-se: Como a população destas regiões constituiu-se majoritariamente negra? Quais aspectos contribuíram para tal fenômeno?

Sobre esta questão, as observações feitas por Silva (1995) podem contribuir no sentido de responder estas questões. Em primeiro lugar, a partir de observações feitas por Silva, foi possível entender que houve uma utilização do elemento negro e

6. A mudança do local de início da E. F. M. M. poderia ter influenciado em quantitativo populacional menor de negros no Alto Madeira?

do nativo na criação de um tipo local que pudesse servir de elemento humano na ocupação e asseguramento das terras brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas, em específico na fronteira mato-grossense com a Bolívia. Assim, Silva (1995, p. 146) destacou que através da Instruções Régias que haviam sido encaminhadas ao governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1772 “estabelecia uma política indigenista que visava, sobretudo, atrair a população nativa ao grêmio da igreja e das necessidades socioeconômicas do Estado Português”.

Desta forma, na obra intitulada: *Mistura das Cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*, este autor produziu treze mapas que apresentam dados populacionais sobre a Província de Mato Grosso no decorrer da segunda metade do século XVIII. Para Silva (1995), os dados, contidos naqueles mapas, demonstraram de fato que $\frac{3}{4}$ dos moradores da Província de Mato Grosso constituíam-se de mestiços e negros. Desse modo, assinala-se que esta observação pode ajudar a compreender a presença de um percentual elevado de negros no cômputo da população residente nas regiões dos vales do Madeira e Guaporé-Mamoré.

Ainda sobre esta questão Silva apresentou várias queixas feitas tanto pelo governador Antônio Rolim de Moura (1751), quanto por Luiz Albuquerque (1778) que escreveram ao Rei pedindo providências para o envio de casais constituídos por brancos para ajudar no povoamento e, portanto, aumentar a população na região (SILVA, 1995, p. 163).

Outra questão levantada por Silva foi a união consensual e casamentos interétnicos para ressaltar a mestiçagem na composição populacional da referida Província. A este respeito, Peraro (1997, p. 160) também expôs sobre a mestiçagem sobretudo na capital da Província mato-grossense para a “manutenção” do perfil da população a predominância das pessoas de cor.



Encaminhando as questões relativas à presença negra nas regiões em destaque, buscou-se compreender a partir das pesquisas de cunho regional, e de documentos que apresentam evidências sobre a localidade. Nesse sentido, Lima (2013) e o jornal *Alto Madeira*, apontaram caminhos para a compreensão sobre um entendimento da constituição da população regional no que corresponde as categorias raça/cor tendo pretos pardos como centro.

No que corresponde à compreensão da constituição do cenário populacional nas regiões em foco, destaca-se que Lima (2013, p. 96) apontou duas vertentes para explicar a presença de uma população negra nas regiões do Madeira, Mamoré e Guaporé. Desse modo, a autora assinalou que na historiografia regional apontam-se dois importantes fluxos migratórios de negros, para contribuir no cômputo populacional do espaço geográfico que viria a ser um dos territórios federais criados por Getúlio Vargas em 1943.

Desse modo, conforme evidenciou Lima, o primeiro fluxo migratório se deu no decorrer do século XVIII, em razão do tráfico de escravizados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão nas praças de Belém e revendidos para as regiões auríferas do Mato Grosso. (p. 96) A este respeito, assinala-se que a região do Guaporé constitui-se como um dos espaços onde o negro escravizado foi utilizado como mão de obra, bem como um local de insurgência contra o sistema escravocrata, ocorrido por meio de fugas, e embrenhando-se na região fronteira tanto do lado brasileiro (BANDEIRA, 1988, VOLPATO, 1995) como do lado boliviano (DUTRA, 2017). Ainda conforme (SILVA, 1995, p. 117) a população mestiça e bastarda “no caso específico de Mato Grosso, foi a disponível para responder as necessidades de povoamento e defesa da fronteira”.

Assim Lima (2013, p. 97) destacou que o segundo fluxo migratório constituiu-se de trabalhadores livres que chegaram às regiões dos rios Madeira e Mamoré

no final do século XIX, e inícios do século XX, no auge do extrativismo da borracha, quando foi empreendida a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e contratados trabalhadores negros antilhanos procedentes de várias ilhas do Caribe (principalmente as de Barbados e Granada) para atuarem nos seus serviços. A autora ressaltou também que não menos importante, mas menos referidos estão os fluxos migratórios de negros e mulatos nordestinos oriundos dos Estados do Maranhão, do Piauí e do Pará.

Partindo de observações realizadas no jornal *Alto Madeira*, assinala-se que os dois fluxos migratórios de negros direcionados para as referidas regiões, e citados por Lima (2013) podem ser ratificados, a partir de uma publicação feita no jornal *Alto Madeira* (27-09-1917, ano I, nº 38, p. 01), que divulgou o resultado de um Recenseamento populacional realizado em de setembro de 1917, assinalando que a população estrangeira residente na área urbana da cidade de Porto Velho/AM era constituída por pessoas oriundas de 25 países. Nesse sentido, os dados mostraram que a segunda maior população de estrangeira residente na cidade era formada por pessoas vindas das possessões inglesas, especificamente os oriundos de Granada, Barbados, Jamaica, República Dominicana e Trinidad Tobago que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Ainda sobre a questão da presença negras nas regiões do Madeira, Guaporé e Mamoré os dados divulgados pelo *Alto Madeira* apontaram que a população da cidade de Porto velho era oriunda de 18 estados brasileiros, nesse sentido, os dados concordam com Lima (2013, p. 97) ao colocar o Estado do Pará como quarto, o Maranhão como o quinto, e o Piauí como o nono estado brasileiro que contribuiu para o adensamento populacional nas regiões foco deste estudo.

Reservamos o item a seguir para demonstrar como os dados sobre a categoria



raça/cor no que corresponde aos cálculos populacionais sobre as regiões do Madeira, Mamoré e Guaporé estavam presentes no recenseamento de 1940.

A presença negra nas regiões do Madeira, Mamoré e Guaporé conforme o Recenseamento de 1940

Os quadros a seguir tratam de demonstrar o quantitativo absoluto e em percentuais conforme a categoria cor/raça no cálculo da população residente nos municípios de Porto Velho/AM, Alto Madeira/MT e Guajará-Mirim/MT⁷. Nesse sentido, foi possível também observar percentuais quanto ao sexo, o quantitativo de homens e mulheres dentro desta categoria.

O quadro 01 demonstra que o município do Alto Madeira diferenciava-se dos municípios de Guajará-Mirim e Porto Velho quanto ao percentual na distribuição populacional dentro da categoria cor/raça. Desse modo, enquanto Guajará dava um percentual de 68% de negros em sua população, o Alto Madeira registrava apenas 40,8%. Por outro lado Porto Velho, registrava 68,4%.

Nesse sentido, indaga-se: O que levou o Alto Madeira a ter um percentual menor de população negra no cálculo de seu contingente populacional? Uma possível resposta, certamente, pode ser o deslocamento do ponto inicial da E. F. M., para o Porto do Velho, e consequentemente, o deslocamento do seu contingente de trabalhadores. Outra resposta, poderia ser que parte deste contingente era composto de pessoas, como observou Lima (2013, p. 97) que, para além dos fluxos migratórios indicados, não menos importante estava o de negros e mulatos nordestinos oriundos dos Estados do Maranhão, do Piauí e do Pará.

7. Para diferenciar as obras indicadas na fonte dos quadros 1 e 2 acrescentamos a letra “a” ao ano de 1940, ao tratar dos dados retirados do Recenseamento Populacional de 1940 sobre o Estado de Mato Grosso IBGE (1940a, p. 52), e a letra “b” ao tratar dos dados retirados do Recenseamento Populacional de 1940 sobre o Estado do Amazonas IBGE (1940b, p. 52)

Quadro 01. População de fato, por sexo e cor nos municípios do Alto Madeira/MT, Guajará-Mirim/MT e Porto Velho/AM – Recenseamento de 1940*

| Cor/Raça | Alto Madeira | | Guajará-Mirim | | Porto Velho | | Total | % | | | | |
|--------------|--------------|--------------|---------------|------------|--------------|--------------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | | | | | | |
| Branco | 1.934 | 1.389 | 3.323 | 57,4 | 1.040 | 887 | 1.927 | 31,5 | 1414 | 1203 | 2617 | 31,5 |
| Pretos | 402 | 187 | 589 | 10,3 | 409 | 312 | 721 | 11,8 | 318 | 216 | 534 | 6,4 |
| Pardos | 1.014 | 753 | 1.767 | 30,5 | 1.884 | 1.549 | 3.433 | 56,2 | 2.799 | 2.355 | 5.154 | 62 |
| Amarelos | 73 | 36 | 109 | 1,8 | 09 | 10 | 19 | 03 | 01 | 01 | 02 | 0,02 |
| Total | 3.423 | 2.365 | 5.788 | 100 | 3.342 | 2.758¹ | 6.100 | 99,8 | 4.532 | 3.775 | 8.307 | 99,9 |

Legenda: (IBGE 1940a, p. 52) e IBGE (1940b, p. 52)

* A população negra no município do Alto Madeira era de 40,8%, uma vez que a de Guajará-Mirim correspondia a 68%.

1. Na tabela computou-se 01 (uma) mulher para categoria “pessoas de cor não declarada”.

Para ilustrar o entendimento de como a população negra (a soma de pretos e pardos) estava presente nas regiões em questão, no quadro a seguir demonstrou-se que o percentual deste contingente que residia nas regiões do Madeira, Guaporé e Mamoré era 60,3%⁸.

8. Ver Dutra (2020, p. 622-623) onde explicita que a população negra do Território Federal do Guaporé no Recenseamento de 1950 saltou para 71,2%, enquanto que no município de Guajará-Mirim esse percentual chegava a 74,8%.

Quadro 02. População de fato, por sexo e cor nas Regiões do Madeira, Mamoré-Guaporé – Recenseamento de 1940

| Cor/Raça | Homens | Mulheres | Total | % |
|----------|--------|----------|--------|------|
| Brancos | 4388 | 3479 | 7867 | 38,9 |
| Pretos | 1129 | 715 | 1844 | 9,1 |
| Pardos | 5697 | 4657 | 10354 | 51,2 |
| Amarelos | 83 | 47 | 130 | 0,6 |
| Total | 11297 | 8898 | 20.195 | 99,8 |

Fonte: IBGE (1940a, p. 52) e IBGE (1940b, p. 52)

Assim, o quadro acima, aponta para uma superioridade demográfica negra como alertaram Fonseca (2007) e Dutra (2017), nas regiões do estudo. Dessa forma, uma questão que possivelmente, pode contribuir para o entendimento do uso deste conceito quanto a formação populacional desta região, foi a observação do percentual da população negra presente no município de Lábrea que era de 74,3 %, e o do município de Humaitá que correspondia a 80,2%, e ainda do município de Mato Grosso [Vila Bela] que elevava-se a 83,9%. Sobre esta situação, é importante marcar que alargando as regiões geográficas do Madeira e Guaporé, quando somam-se as populações dos municípios de Lábrea, Humaitá, e Vila Bela a proporção negra em termos de percentuais pode ser elevada a 71,1%.

Desse modo, a respeito da influência populacional, sobretudo negra, dos municípios circunvizinhos nas regiões em questão, é sabido que a região do Guaporé foi no período colonial uma região de quilombos, e na atualidade mantém-se como uma região de remanescente quilombolas⁹.

Encaminhando as questões sobre os percentuais na composição das categorias cor/raça na região em questão, é de bom alvitre reforçar as evidências na amálgama das populações das localidades que compunham os vales do Madeira, Mamoré/Guaporé no decorrer dos séculos XVIII conforme Silva (1995), século XIX Peraro (2005) e século XX Dutra (2020). Assim

9. Sobre as comunidades de remanescentes quilombolas na região no vale do Guaporé indica-se texto intitulado: Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental de Marco Antônio Domingues Teixeira disponível em: <https://www.scielo.br/pdf>.

a seguir, tendo a fotografia como foco, e usando da percepção/observação sobre as características fenotípicas das pessoas que integram a imagem, tentou-se construir um discurso que possibilitasse através da imagem definir a categoria cor/raça das pessoas presentes nesta. Avancemos!

O recenseamento e a fotografia como forma de tratar e perceber a categoria raça/cor na pesquisa

Para tratar da compreensão da população concernente as regiões do Madeira, Guaporé e Mamoré, do ponto de vista do perfil racial destaca-se que duas possibilidades podem ser aventadas, o recenseamento e a fotografia. No caso do recenseamento, tomamos por base o recenseamento de 1890 que registrava categorias no escopo de: nome, a idade, profissão, raça, o estado civil, a religião, a nacionalidade, instrução e se possuíam defeitos físicos, por residente na cidade de Cuiabá. Outro documento que sustentou a construção deste estudo foi o recenseamento de 1940, que contribuiu com números/dados absolutos em relação as categorias sexo, idade, cor, estado conjugal, religião, nacionalidade e instrução¹⁰. A este respeito, destaca-se que encontrou-se dificuldades em relação ao recenseamento de 1940 no que corresponde a apresentação dos dados por domicílios. Nesse aspecto, assinala-se que estes foram garantidos no recenseamento de 1890, onde cada pessoa residente nos domicílios das duas freguesias que compunham a cidade de Cuiabá naquele momento teve suas informações computadas no referido recenseamento.

Nesse sentido, e as informações sobre as categorias indicadas no Recenseamento

10. Nesse sentido, Recenseamento de 1940 estava dividido em duas séries uma Nacional e outra Regional, a primeira trouxe dados sobre o país, a segunda particularizou os dados de cada unidade de federação. As unidades federais como Acre Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Goiás, e Mato Grosso tiveram suas informações reunidas em único tomo, São Paulo e Minas Geras em três tomos.



de 1890, da cidade de Cuiabá, foram apresentadas, facilitando assim a construção de dados sobre “raça”, profissão, se sabia ler e/ou se frequentava a escola, pontos importantes na construção das análises sobre os estudos que trouxeram a categoria raça/cor como objeto central.

A este respeito, Dutra (2017) assinalou que a indicação do número de pessoas residentes no domicílio, o nome completo, a idade do sujeito, a categoria racial, profissão e instrução (se sabiam ler e escrever e/ou se frequentavam a escola) foram dados pontuais e relevantes para a recuperação da presença da população negra na capital da Província mato-grossense para o final do século XIX, principalmente em relação a instrução pública como na atuação na burocracia administrativa.

Assim, destaca-se que no trabalho em curso, o mais próximo que se conseguiu chegar da compreensão de percentuais que revelassem uma população negra para as regiões do Madeira, Mamoré e Guaporé, foi o cômputo populacional representados através dos dados absolutos sobre o número de brancos, pretos, pardos e amarelos residentes nos municípios de Porto Velho/AM, Alto Madeira/MT e Guajará-Mirim/MT no recenseamento de 1940.

Nessa perspectiva, outra possibilidade utilizada para entender quem era e quem não era negro (preto ou pardo) no cômputo da população destas localidades foi o uso da fotografia. Nesse sentido, para este estudo, apresenta-se duas imagens, a primeira retirada de uma página denominada “Rondônia, minha querida Rondônia”¹¹ presente em uma rede social. A este respeito, assinala-se que a referida página reúne imagens que atendem a um recorte temporal entre 1907 e os dias atuais, e que representam diversas passagens, lugares e sujeitos das localidades que constituem/contribuíram historicamente, com a cons-

11. Ver: <https://www.facebook.com/groups>. Acesso 13 jan. 2021. Na referida página destacam-se que: o grupo foi criado “com o intuito de reunir Fotos e recordações antigas e recentes do nosso querido Estado”

trução e mudanças no espaço geográfico que na atualidade conhece-se por Estado de Rondônia. Sendo assim, observou-se que na referida página estão disponíveis uma quantidade considerável de imagens que reportam a diversas partes geográficas que compõem o Estado de Rondônia. Parte das imagens hospedadas na referida página apresentam aspectos que vão desde as primeiras casas, as primeiras ruas, primeiras escolas, igrejas e outros.

Dessa forma, ressalta-se que em relação ao trabalho com a fotografia, o assunto foi preocupação de Dutra (2020) ao tratar do perfil racial da população da região Norte e do negro Guaporeano nos documentos do Arquivo público de Mato Grosso entre os anos de 1901 e 1943.

Desse modo, ao tratar deste tema Dutra (2020) destacou que além das imagens, outra forma utilizada por ele para identificar a cor dos sujeitos em seu estudo havia se dado através dos relatos orais que foram colhidos nos meses de julho de 2008, e janeiro de 2009 com cinco professoras negras formadas através do Colégio Santa Terezinha¹², uma instituição educacional criada na cidade de Guajará-Mirim, a partir do ano de 1933.

Como forma de solucionar o problema Dutra assinalou também ter utilizado um álbum fotográfico, trazendo a fotografia como forma de revelar “a cor” dos sujeitos. A este respeito o autor afirmou que o referido álbum fotográfico continha dezesseis páginas, e oitenta e seis (86) imagens em preto e branco. Sobre o conjunto de imagens o autor assinalou:

[...] que este trouxe o cotidiano, os eventos e/ou fatos sobre a vida das gentes que residiam na região do Guaporé e na cidade de Guajará-Mirim. As imagens propiciaram localizar eventos como: o dia a dia do Colégio Santa Terezinha, o passeio de Dom Rey com as educandas em um barco chamado

12. Sobre o Colégio Santa Terezinha ver DUTRA, Paulo Sérgio. Memórias de Professoras Negras no Guaporé: do silêncio à palavra. 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação – UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

Apóstolo, e em um caminhão que o Bispo havia conseguido para os afazeres da escola e Prelazia [...]. (DUTRA, 2002, p. 625)

Nesse sentido, Dutra destacou que muitos pesquisadores e pesquisadoras brasileiras que debruçam a compreender questões concernentes ao negro na historiografia brasileira, deparam-se com uma série de dificuldades. Desse modo, como alertou o autor uma dessas dificuldades foi registrada pela pesquisadora Hebe Maria Matos, no tocante ao sumiço da cor como registro nas fontes. Sobre esta questão, Matos destacou que este fator consistia num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Segundo a autora todos/todas pesquisadores e/ou pesquisadoras que tentaram trabalhar com a história do negro, com o fim do cativo, já se decepcionaram com quase a impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos-crimes e até mesmo com registros civis.

Dessa forma, tendo a fotografia como parâmetro, a seguir apresenta-se a partir da análise de duas imagens, contribuições a respeito da categoria raça/cor. A primeira imagem trata-se de uma família de migrantes recém-chegados a cidade de Porto Velho/AM na década de 1940, e a segunda de um grupo composto por mulheres e homens que integravam a comunidade participativa da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na cidade de Guajará-Mirim/MT, na mesma década.

Nesse sentido, por meio da leitura [percepção] da imagem abaixo, observou-se a presença de quatro pessoas, sendo três homens e uma mulher. Em relação à percepção quanto as características e/ou traços raciais, observou-se que em relação à mulher, esta pode ser considerada de acordo com a classificação utilizada pelo IBGE como de cor “parda”. Percebeu-se também na mesma, entre outras características, a presença de traços indígenas que podem ser observados nos olhos, e no cabelo. Para os homens, observou-se traços negroides (nariz, cabelo, e cor da pele), principalmente para o primeiro localizado a

direita na imagem e, para o que está usando boina branca, e está sentado após a mulher na referida imagem. Ao sabor da percepção do autor deste texto, tanto a mulher quanto o terceiro homem possuem características indígenas, porém esta observação pode ser mais acentuada nas características apresentadas pela mulher e menos nas apresentadas pelo quarto integrante da imagem permitindo que este possa ser identificado como um homem negro.

Imagem 01. Chegada de uma Família de migrantes na cidade de Porto Velho década de 1940¹³



Fonte: Disponível em: <https://scontent.fjpr1-1.fna.fbcdn.net>. Acesso 13 fev. 2021.

Imagem 02. Mulheres e Homens participantes da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Guajará-Mirim/MT, 1940



Fonte: Acervo do GEPRAM – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Relações Raciais e Migração.

A imagem acima integra um conjunto de imagens presentes no álbum fotográfico já citado anteriormente. Reúne dezenove pessoas (19), sendo quatorze mulheres e cinco homens. A este respeito,

13. Arigó é um termo utilizado para designar aquele/aquelas que chegavam para desempenhar o trabalho na extração da borracha. Nesse sentido, ver: BARBOSA, José Joaci; TAMBORIL, Francisca Aurineide Barbosa. Porto Velho, segregada e irregular: assim surge uma cidade: In: SILVA, Ricardo Gilson da Costa (Org.) Porto Velho, urbanização e desafios para uma cidade centenária. Temática Editora; Edufro. Porto Velho / RO, 2018., p. 145-171. A imagem retrata a família Calixto.



na ocasião da entrevista com a Professora Isabel Oliveira de Assunção¹⁴ em janeiro de 2009, esta rememorou os nomes de algumas mulheres presentes na referida imagem. A este respeito, para aquelas que estão presentes de pé na segunda fileira citou: Leonilda Saglia, a Professora do Alto Madeira, Albertina Coelho, Angelina dos Anjos, Isabel Gomes de Oliveira, Maria de Jesus Evangelista, Paula Gomes de Oliveira, Iodete outra professora do Alto Madeira, uma menina que acompanhava alguém, Antônia Quintão e Lídia dos Anjos. Para aquelas que estas sentadas na primeira fileira assinalou que se tratava de Marcioneia, Elza e Mariazinha que estas integravam a comunidade na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em relação aos homens, naquela ocasião, estes não foram identificados nominalmente.

Em relação à percepção, observando as características a partir das categorias raça/cor utilizadas pelo IBGE, assinala-se que das 19 pessoas presentes na imagem, três podem ser identificadas como sendo brancas, oito como pretas, uma oriental, as outras sete podem ser caracterizadas como sendo pardas. Nesse sentido, entre estas sete pessoas, destaca-se que quatro delas apresentam características fortemente ligadas aos indígenas e/ou bolivianas. Grosso modo, à luz da observação, e ao orientar-se pelas categorias raça/cor utilizadas na contagem da população pelos censos fica evidente que das 19 pessoas presentes na imagem, 15 delas podem ser caracterizadas como negras (pretas e/ou pardas), uma oriental e três brancas.

Sobre as observações construídas acima e, tendo a fotografia como norte para tecer comentários sobre a categoria cor/raça, o leitor e/ou a leitora pode estar se perguntando, “Oras, como o autor pode construir tais afirmações sobre a cor/raça das pessoas que compõem as referidas

14. Isabel Gomes de Oliveira era o nome de solteira da Professora Isabel Oliveira de Assunção conforme informou a referida professora na ocasião da entrevista realizada em janeiro de 2009 na cidade de Guajará-Mirim.

imagens? Como resposta pode-se dizer que “as afirmações” construídas estão no âmbito da observação/percepção.

Sobre este ponto de vista, Dutra (2017, p. 251) tratou de uma complexidade¹⁵ em relação a cor assinalando que no século XIX, as pessoas poderiam ser invisíveis em relação a cor e extremamente apontadas em outras situações. Para o autor, ser detentor de certas “insígnias”, também contribuía para certa “invisibilidade do sujeito” como pertencente a um determinado grupo racial. Por outro lado, Dutra assinalou que, as vezes a cor era motivo para pretos, ou pardos serem recolhidos a cadeia pública por suspeito de “fugido” como foi o caso da preta Benedicta¹⁶, por ordem do subdelegado de Polícia do segundo distrito, “por *suspeita* de fugida” havia sido recolhida a cadeia a cidade, e “solta no dia seguinte por ter-se *verificado* ser livre” (DUTRA, 2017, p. 3; grifo do autor).

Outro autor que pode ajudar no entendimento de uma complexidade em relação a cor é Ramos (1957) que, ao analisar dados do Recenseamento de 1940, destacou que “o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria, e é mais claro nas regiões onde os brancos são minoria”. Para o autor, a “minorias branca” presente na população dos Estados brasileiros, que compunham o Norte e Nordeste, mereciam atenção daqueles que dedicavam a ciência das relações humanas, porque no comportamento desta minoria apresentava-se importante problema de psicologia coletiva, o que Ramos chamou de “Patologia social do Branco Brasileiro”. Sobre a questão Ramos (1957, p. 181) assinalou que: Trata-se de minoria que sofre de “instabilidade auto-

15. Sobre a construção dos sentidos sobre as categorias raciais, sobretudo em relação ao termo pardo ver Mattos (1998, 2004, 2009), nesse sentido, a autora salienta que a categoria de pardo teve que ampliar seu significado na medida do crescimento da população, para a qual não era mais cabível a classificação de “preto” e ou de “crioulo”. (MATTOS, 2004, p. 17)

16. Ver A Província de Matto Grosso (22-06-1879, ano I, n. 25)



estimativa”, visto que tende a disfarçar a sua condição étnica efetiva, utilizando-se de mecanismos psicológicos compensatórios do que julga ser uma inferioridade. Nesse sentido, o autor reforçou:

As minorias “brancas” destes Estados, de longa data, têm mostrado tendência para não se identificar com sua circunstancia étnica imediata. Sentem-na como algo inferiorizante e, por isso, lançam mão, tanto quanto podem, de recursos que camuflam as suas origens raciais. Estes recursos são inumeráveis, desde os mais sutis aos mais ostensivos. (RAMOS, 1957, p. 181; grifos do autor)

E para compreender questões que reportam a observação sobre a “outra pessoa”, é bom lembrar que Oliveira Viana destacou que no Brasil o “preconceito é de marca”, ou seja, o/a observador/observadora constrói seus “prejulgamentos” ao observar os traços da pessoa, centrando seu olhar, a partir do nariz, cor da pele, lábios e cabelo. Ao contrário, na construção deste texto, utilizou-se do mesmo mecanismo para responder a uma invisibilidade do negro, sobretudo quando trata-se dos estudos direcionados a historiografia regional.

Diante das questões relacionadas à complexidade da cor trazidas por Dutra (2017) e de uma “instabilidade autoestimativa” mencionada por Ramos (1957), indaga-se: Quem são os homens e as mulheres negras que atravessaram os séculos XIX e XX nas experiências que construíram as regiões do Madeira, Mamoré e Guaporé? Como estes sujeitos contribuíram para a construção de uma burocracia administrativa (educação, saúde, legislatura), o que fez com estes sujeitos fossem invisibilizados nas narrativas que contam retalhos da história das regiões em questão? A este respeito, na última parte deste estudo, para dar sentido a representação dos sujeitos, enquanto cor/raça no âmbito da História Regional, apresenta-se a trajetória da Professora Isabel de Oliveira Assunção, formada na escola de Dom Rey, na cidade de Guajará-Mirim, e que atuou na instrução pública na região do Guaporé.

Isabel de Oliveira Assunção: A mais nova integrante aluna do Colégio Santa Terezinha em 1932 na cidade de Guajará-Mirim/MT

Da pesquisa realizada de 2008 a 2010, resultou a memória de cinco professoras que haviam frequentado as escolas fundadas por Dom Francisco Xavier Rey, o Colégio Santo Terezinha e a Escola Rural Governador Mader¹⁷. Das trinta e três iniciadas no Santa Terezinha, cinco delas tiveram suas trajetórias narradas na dissertação intitulada *Memórias de Professoras Negras no Guaporé: Do Silêncio à Palavra*, sendo a Professora Isabel de Oliveira Assunção uma delas.

Nascida em 1927, no lugar denominado Pau d’Óleo, na região do rio Guaporé, filha de agricultor e construtor de embarcação fluvial, Isabel Gomes de Oliveira nome de solteira, passou a chamar-se Isabel de Oliveira Assunção após contrair matrimônio. Por ser muito apegada a sua irmã Paula Gomes de Oliveira de sete anos, com seis anos e três meses, a pedido de Dom Rey seus pais consentiram que ela acompanhasse a irmã na descida do Guaporé para frequentar a futura escola fundada por Dom Rey. Em 1935, após as férias, houve um hiato na formação acadêmica de Isabel, retornando à escola, em 1938 para finalizar seu processo formativo.

Nesse sentido, a referida professora guardou na memória as passagens desde a fundação do Colégio Santa Terezinha, a criação do Hospital Perpétuo Socorro em 1935, e a chegada das Irmãs Calvarianas para prosseguir no comando da escola de Dom Rey, que passaria a atender pelo nome de Colégio Nossa Senhora do Cal-

17. Trata-se de uma escola fundada por Dom Rey na localidade de Ilha das Flores na região do Guaporé, onde 12 alunas eram internas, 20 ao todo frequentavam a escola. Conforme a Professora Maria Piedade Gusmão, dessa escola saíram formadas em 1969 as seguintes professoras: Hermogenia e a Janete que aturam em Pedras negras, Sandra que ficou em Costa Marques, leda em laranjeiras, Helena em Pimenteiras, Nilce em Surpresa, Maria Piedade em Santa Fé, Rosa ficou em Limoeiro Rio São Miguel, a de Rolim de Moura a referida professora ressaltou não havia tido muita sorte, “ela desviou”.



vário. Reportou as suas inclinações para a área da saúde, retornou ao Santa Terezinha em 1938, permanecendo até 1945, e destacou que as demasiadas demandas, na área da educação na localidade de Limoeiro, fizeram com que ela fosse contratada a auxiliar de ensino¹⁸ sua irmã a professora Paula Gomes de Oliveira em 1947 para atuar na escola desta referida povoação.

Figura 04. Professora Isabel de Oliveira Assunção – janeiro de 2008



Fonte: Arquivo do GEPRAM

Em 1948, a pedido de Dom Rey, foi transferida para atender a povoação de Santa Rosa no Guaporé. Como a Professora Isabel de Oliveira Assunção foi professora da Maria Piedade Gusmão, é possível que sua transferência para a cidade de Guajará-Mirim tenha se dado na década de 1970, quando se aposentou.

18. Nesse sentido, o jornal Alto Madeira (03-08-1949, ano XXXII, Nº 3404, p. 01-04) registrou a viagem do governador a região do Guaporé, destacando suas impressões sobre as localidades visitadas. Registraram a passagem pelas escolas do Forte Príncipe, onde atuava o “auxiliar de ensino” José Francisco dos Santos, de Pedras Negras, onde atuava a “auxiliar de ensino” Leonilda Saldias. Em Santo Antônio, visitaram a escola dirigida pela “auxiliar de ensino” Maria de Jesus Evangelista, e na localidade de Limoeiro foram recebidos com os cumprimentos oficiais, e em seguida dirigiram todos para a escola, onde os alunos da “auxiliar de Ensino” Paula de Oliveira Lopes ofereceram aos circunstantes um programa de arte, falando depois a professora e por fim o Senhor Governador.

Em janeiro de 2008, na ocasião da entrevista, a professora Isabel de Oliveira Assunção contava 83 anos, e residia na cidade de Guajará-Mirim, exercia suas funções voltadas ao zelo da sua família e ainda nas atividades religiosas integrando congregação Filhas de Maria, na diocese daquela cidade.

Em 11 de fevereiro de 2014, as nove horas da manhã a Professora Isabel Gomes de Assunção fez sua partida.

Pelas ruas de Guajará-Mirim, ou Costa Marques sobre as professoras de Dom Rey, é comum ouvir: “Sem elas, o que seria do Guaporé?”

Considerações Finais

A construção trabalho em tela ajudou a capturar nuances de um momento histórico e geográfico para a região dos vales do Madeira, Mamoré/Guaporé anteriores à criação do Território Federal do Guaporé. Nesse sentido, foi possível construir um olhar sobre a região em questão, contrapondo a uma invisibilidade da presença negra nas pesquisas realizadas no âmbito regional, principalmente no que corresponde ao destaque aos sujeitos que deixaram suas contribuições na organização da burocracia administrativa montada, a partir da criação dos municípios do Alto Madeira/MT, Porto Velho/AM, e Guajará-Mirim/MT, à medida que as instituições foram criadas e fortalecidas nestes municípios.

Por outro lado, enfatiza-se a importância da categoria cor/raça nos documentos oficiais ao tratar dos sujeitos. Nesse sentido, lançou-se mão do recenseamento como documento, observando a contagem populacional tendo a categoria cor/raça como ponto central. A este respeito, os dados alcançados representam apenas os quantitativos absolutos, sobre a população conforme raça/cor nos municípios e Estados. Adverte-se que a construção desses dados nos inquéritos, carece-se de uma particularização maior, no sentido de apontar/apresentar os números de domicílios, os números de pessoas resi-



dentes nesses, o estado civil, a cor/raça, a religião, e se sabe ler e/ou frequentam a escola. Desse modo, de posse de dados sobre estas categorias é possível registrar, analisar, entender construir um olhar como era organizada a sociedade nas localidades da pesquisa.

Dessa forma, no estudo em tela, soma-se às categorias a fotografia como meio de construir observações e percepções sobre os sujeitos, principalmente em relação à cor/raça, como também à leitura sobre a realização de eventos e/ou acontecimentos sociais, políticos e privados na época em questão.

Por fim, como contribuição maior ficam os dados que marcam para a região uma superioridade demográfica negra, restando saber quem são os sujeitos, homens e mulheres negras que imiscuíram-se na burocracia administrativa que se construiu e efetivou-se ao longo da construção dos espaços que ajudaram a formar uma estrutura capaz de impor a criação de um território federal na década de 1940 aglutinado o espaço geográfico correspondente aos municípios do Alto Madeira/MT, Porto Velho/AM, e Guajará-Mirim/MT. A este respeito, a história da Professora Isabel de Oliveira Assunção é um indicativo de que muitas mulheres negras estiveram à frente da educação nos vales do Madeira, Mamoré/Guaporé, bem como na ocupação de cargos no executivo. Se elas estiveram na linha de frente, abre-se a possibilidade para a participação de homens negros nas estruturas governativas construídas em vilas, distritos e até mesmo na sede dos municípios.

Referências

ANJOS. Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br>. Acesso 03 out. 2019.

ALTO MADEIRA, Porto Velho, ano I, nº 38, p. 01, 27-09-1917) (Biblioteca Nacional) “Alto Madeira”.

ALTO MADEIRA, Porto Velho, ano XXXII, nº 3404, p. 01-04, 03-08-1949) (Biblioteca Nacional) “Alto Madeira”.

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/PROED, 1888.

ASSUNÇÃO, Isabel de Oliveira. *Entrevista concedida a P. S. Dutra*, integrante do GEM/IE/UFMT. Guajará-Mirim, ago. 2008 e jan. 2009. 2 fitas cassete (80 min) 3 ½ pps, estéreo.

AYALA, S. CARDOSO S. F. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Hamburgo: Ayala, 1914.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco – estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CRUZ. Marileia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1940*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1940 – Série Regional Amazonas Parte II*, 1 de setembro de 1940 – (Rio de Janeiro – Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1940 – Série Regional Parte XXII – Mato Grosso*, 1 de setembro de 1940 – (Rio de Janeiro – Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

DUTRA, Paulo Sérgio. *Memórias de Professoras Negras no Guaporé. Do Silêncio a Palavra*. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Cuiabá, 2010.

DUTRA, Paulo Sérgio. *Ao correr da pena: pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá/MT nos oitocentos*. 452 f. Tese



(Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

DUTRA, Paulo Sérgio. *O Perfil racial da Região Norte e o Negro Guaporeano nos documentos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso: 1901-1943*. Revista da ABPN. v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos biografias, imagens e experiências atlânticas” agosto de 2020, p. 613-636.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, Marta Valéria de. *Dos Tambores de Averequete aos Tambores de Oxála. Histórias de uma relação complexa: as religiões afro-brasileiras e a sociedade em Rondônia (1911-2011)*. Tese (Programa Oficial de História da América Latina – Mundos Indígenas – Departamento de Geografia, História e Filosofia da Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha (Espanha) Sevilla, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. *Entre Categas e Mundiças: Territórios e Territorialidades da morte na cidade de Porto Velho*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

PERARO, Maria Adenir. *Fardas, Saias e Batina: A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853 – 1890*. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1997.

PINTO, Regina Pahim. *Raça e Educação: Uma articulação incipiente. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação CARLOS Chagas, nº 80, p. 41-50, 1992.

RAMOS, Guerreiro. *Patologia Social do “Branco” Brasileiro*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso 07 abr. 2021.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura das Cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII*. Cuiabá: Edufimt, 1995.

SAMPAIO, Sonia Maria Gomes. *Uma Escola (In)Visível: Memórias de Professoras Negras em Porto Velho no Início do Século XX*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara, 2010.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

-----//-----

Abstract: This study analyzes the percentage of the black population present in the regions of Madeira, Mamoré/Guaporé, from the 1940 Census. In order to understand the population scenario in the region, bibliographical research was used, and attention was focused on the newspaper Alto Madeira, a periodical of the time to help in the construction of the text. In this sense, as a result of the investigation, the data collected revealed that the highlighted region had an eminently black population, evidencing what Fonseca (2007) called black demographic superiority. He points out, through other studies, the population migration fronts that show the origin and/or constitution of a black population, especially for the Madeira and Mamoré-Guaporé region, originating in the slave period in the 18th century, followed by the extraction of rubber, and the construction of the Madeira Mamoré Railway. In this regard, it is noted that the study in question contributes to the strengthening of regional studies, especially on those that reveal an invisibility of the black population in the context of local research.

Keywords: Black Population; Madeira River; Mamore River; Guaporé River; Porto Velho; Guajará-Mirim.

Recebido em: 26 de abril de 2021.

Aceito em: 29 de abril de 2021.